

As opções para reduzir a dívida

GAZETA MERCANTIL

23 SET 1988

Externo

por Getulio Bittencourt
de Nova York

O governo brasileiro está examinando um pacote de medidas adicionais para reduzir sua dívida externa, anunciou ontem o ministro da Fazenda, Mailson Ferreira da Nóbrega, em seu discurso na assinatura do acordo com os bancos credores. A tarde, em entrevista coletiva no Banco do Brasil (BB), o ministro respondeu a uma pergunta deste jornal e detalhou os mecanismos em estudo.

"Pretendemos fazer uma avaliação cuidadosa de mecanismos voluntários de mercado", disse o ministro aos banqueiros, "dentro da estratégia do exame caso a caso com vistas a encontrar fórmulas para reduzir a dívida em benefício de todos nós."

Esta é a nova fase da re-

negociação da dívida, que

Mailson da Nóbrega está

começando agora. São os

seguintes os novos meca-

nismos citados pelo minis-

tro durante a entrevista:

Conversão da dívida



1. Conversão da dívida em capital. "Este é o mecanismo mais comum", disse ele.

2. Conversão da dívida em exportações. "Essa opção é mais favorável aos

bancos que aos países endividados", ponderou Mailson.

"A prova disso é que

nenhum país até agora a

colocou em prática." O go-

verno brasileiro, porém,

não é formalmente contra

essa hipótese. "Existem

vantagens e desvantagens

nela. Para nós, mais des-

vantagens que vantagens",

acrescentou.

O ministro detalhou mais

essa alternativa, que os

banqueiros consideram

atraente. "A primeira des-

vantagem é que estaria-

mos pagando a vista uma

dívida que pode ser paga

em vinte anos. Por outro

lado, estariamos pagando a

dívida com exportações

que de outro modo não se-

riam viáveis", disse ele.

Mailson mencionou espe-

cificamente uma circuns-

tância em que ele entende

que a conversão de dívida

em exportações seria bené-

fica para o Brasil: "No ca-

so de exportações feitas

com financiamentos do Fi-

nex, via Resolução nº 68,

porque nesse caso trata-se

de créditos que o País só re-

ceberia no futuro. Nos ou-

tros casos esse tipo de ope-

ração para reduzir a dívida

externa é polêmico", res-

saltou.

As razões da polêmica

são evidentes, de acordo

com o ministro: embora a

exportação de certos pro-

ductos seja viabilizada, "is-

so poderia levar a uma re-

dução da oferta de bens e

serviços no Brasil, com

efeitos inflacionários e pre-

juízos ao abastecimento".

Por isso, ele afirmou que o

Brasil coloca essa opção

"em banho-maria", poden-

do autorizá-la em alguns

casos, mas certamente não

agora.

3. A operação mexicana,

"onde se troca dívida por

dívida. A Costa Rica vai ao

mercado e compra títulos

da dívida mexicana, com

deságio. O México faz a

mesma coisa, e

(Continua na página 18)

O ministro da Fazenda, Mailson Ferreira da Nóbrega, descartou ontem em Nova York a possibilidade de uma alteração no índice de inflação apurado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O ministro admitiu, contudo, que talvez no próximo ano o índice possa ser mudado a partir da nova pesquisa de hábitos de consumo que o IBGE realiza.

(Ver página 18)

“Os bancos devem colocar recursos”

por Celso Pinto
de Berlim Ocidental

O diretor-gerente do Fundo Monetário Internacional (FMI), Michel Camdessus, apóia a adoção de novas estratégias cooperativas para lidar com o problema da dívida externa que envolvem, inclusive, formas de redução. Advertiu, contudo, que isso não deve ser entendido como uma "panaceia" e que não exclui a necessidade de os bancos privados aportarem novos recursos aos devedores.

A posição do principal executivo do FMI foi colocada numa entrevista à imprensa presente para a reunião anual do Fundo e do Banco Mundial, em Berlim.

A questão da dívida surgiu em vários momentos e Camdessus, embora cauteloso, procurou enfatizar a necessidade de se avançar na estratégia global para lidar com o problema.

Em certo momento, indagado se o Fundo não teria sido leniente no programa aprovado com o Brasil e se não pretendia continuar a sê-lo caso o Brasil não cumpra as metas acertadas, como parece provável, Camdessus procurou uma resposta conciliatória. Em sua visão, o Fundo não tem sido complacente nem especialmente duro em relação ao Brasil e procura tratar o País como "business as usual", ou seja, um negócio nas regras do jogo.

"Fizemos um bom começo", disse comentando o acordo com o Brasil. Elo- giou o "forte esforço" das autoridades brasileiras em superar os problemas e o que chamou de "fantásticas possibilidades" do País.

Camdessus admitiu que existe uma "fadiga" tanto entre devedores quanto entre credores em relação à presente estratégia para a dívida externa e que isso tem levado a "ceticismo e impaciência". Defendeu avanços na estratégia, mas disse que nada deve

(Continua na página 18)

O "Grupo dos 24" alerta

que boa parte dos países

em desenvolvimento não se

está beneficiando da ex-

pansão da economia mun-

dial. O problema da dívida

externa não diminuiu em

funcção do maior cresci-

mento da economia mun-

dial e a perspectiva de um

aumento na inflação e nos

juros dos países ricos pode-

rá agravar ainda mais a si-

cuação.

As opções para reduzir...

por Getulio Bittencourt
de Nova York

(Continuação da 1ª página)
os dois países trocam os pa-
péis posteriormente", des-
creve o ministro.

4. A operação boliviana.
"Neste caso, um grupo de
países amigos da Bolívia
doou dinheiro para a for-
mação de um fundo que
comprou títulos da dívida
desse país, com descontos
de até 90%", diz Mailson,
lembrando que "o Brasil
ajudou com US\$ 10 mi-
lhões".

5. A saída chilena, "com
a compra pura e simples de
títulos da dívida, usando
reservas do país. Esta op-
ção eu não conheço em de-
talhes, sei dela apenas pe-
los jornais", ressalvou.

6. Operações triangula-
res. "Seria a troca, por
exemplo, de créditos nos-
sos com a Polônia, que re-
passaríamos à França, que
nos devolveria o equivalen-
te em dívida brasileira com
 bancos franceses. Algumas
pessoas sérias discutem

opções assim nos últimos
cinco anos, e com mais in-
tensidade nos últimos doze
meses", recordou.

7. A criação de um fundo
com recurso dos sete prin-
cipais países industrializa-
dos, ou desse mesmo fundo
apenas com recursos dos
Estados Unidos e do Ja-
pão: "O fundo seria com-
posto de 10% de capital des-
ses países e o restante de
um bônus que seria vendi-
do para o mercado. Com o
dinheiro resultante, esse
fundo adquire papéis de um
país endividado, e vende
esses títulos para o país em
questão, que por sua vez
emite títulos para o fundo",
descreve ele.

8. O País vai direto ao
mercado: "Este é um caso
em que nós colocaríamos
um novo papel no mercado,
só que garantido pelo Ban-
co Mundial, e usariamos o
dinheiro para comprar títu-
los da dívida. A garantia do
Banco Mundial seria uma
compensação para os cre-
dores, porque eles perde-

riam dinheiro na troca de
um papel por outro. Es-
tuda-se, por exemplo, a
possibilidade de o Banco
Mundial funcionar como
uma empresa de seguros,
que garantiria o recebi-
mento de juros do novo tí-
tulo por, digamos, pelo me-
nos três anos", diz Mailson.

9. Troca de títulos da
dívida por créditos da Fi-
nex. "Este é um caso obje-
tivo, do qual nós temos
uma proposta", afirma o
ministro. "A Finex finan-
ciou uma exportação para
a África e não recebeu o di-
nheiro. Então um banco de
investimentos estrangeiro
compra esse papel da Fi-
nex, dando em troca títulos
da dívida brasileira."

10. Operação latino-
americana. "Estamos con-
versando sobre um esque-
ma latino-americano com a
Argentina, o México e a Ve-
nezuela. E há possibili-
dades interessantes aqui. Por
exemplo, descobrimos que
o Brasil é credor da Argen-
tina, que é credora do Mé-
xico, que é credor da Vene-
zuela, que é credora do
Brasil. A idéia é fazer um
acordo contábil desses títu-
los entre nós", disse o mi-
nistro.

Mas a idéia é mais ambi-
ciosa: "Também poderí-
mos ampliar o acerto contá-
bil aos outros países da
América Latina. Com isso,
todos nós poderíamos au-

mentar o comércio interno
na região. Hoje, nós não fa-
zemos obras em alguns ou-
tros países da região por-
que estamos muito expos-
tos, para vender serviços
teríamos de financiar a
obra. Se o "exposure" di-
minui, poderíamos finan-
ciar obras, e vender mais
serviços na América Latina",
argumenta.

O ministro da Fazenda
observou que algumas des-
sas ideias poderão ser dis-
cutidas na reunião do Fun-
do Monetário Internaciona-
(FMI), em Berlim, para
onde ele embarcou ontem à
noite. "Agora que o acordo
com os bancos está assina-
do, temos mais tempo. Mas
essas idéias que apresentei
aqui já estão sendo discuti-
das com meios acadêmicos
brasileiros, no Rio de Ja-
neiro, e em São Paulo, so-
bretudo através do minis-
tro Sérgio Amaral", infor-
mou.

Depois de notar que "o
mercado financeiro inter-
nacional é muito criativo",
o ministro da Fazenda dis-
se que essas e outras fór-
mulas só poderão funcio-
nar dentro de dois parâme-
tros. Primeiro, a do meca-
nismo voluntário de merca-
do, com exame caso a caso.
Depois, que os países endi-
vidados se disponham a fa-
zer reformas e ajustes para
assegurar seu crescimento
econômico continuado.